

REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



Vereador esteve em reunião com a SME nesta terça-feira (20)

Suposta doutrinação política é apurada por vereador de VR

O vereador Paulinho do Raio-X, de Volta Redonda, utilizou a tribuna da Câmara Municipal nesta segunda-feira (19) para alertar sobre uma situação que teria acontecido em uma escola municipal. Segundo ele, um pai teria entrado em contato para relatar um suposto caso de doutrinação política em sala de aula, para crianças de 8 anos. De acordo com o relato, uma docente teria questionado aos alunos se teriam assistido ao último debate presidencial que aconteceu neste domingo (18), entre Flávio Bolsonaro (PL) e Lula (PT), que disputam pela Presidência da República em segundo turno. “Um lado se tratava de um ‘ladrão’ e racista, já o outro lado era bom. Isso me traz a pensar, Presidente, qual é a razão e o papel dessa professora na sala de aula? Ela tem que se preocupar em alfabetizar essas crianças ou ela tem que começar a doutrinar essas crianças?”, questionou Paulinho do Raio-X.

Paulinho do Raio-X cobra a SME

O vereador ainda afirmou que o responsável iria formalizar a denúncia e também reforçou que irá cobrar esclarecimentos da Secretaria Municipal (SME) de Educação para acompanhar a apuração dos fatos. “Aguardamos respostas. Não estamos aqui buscando nenhuma polarização de assuntos políticos, mas sim, para que os profissionais e professores tenham liberdade de trabalhar. Vamos acompanhar todo movimento que acontece dentro das escolas de Volta Redonda”, pontuou.

ARQUIVO/PMVR



Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda SME-VR

Denúncia divide opiniões entre moradores

A denúncia feita pelo vereador ganhou apoio nas redes sociais mas também críticas. “Acho inadmissível e isso está acontecendo até mesmo nas escolas particulares. Professor não deve impor visão de mundos aos alunos, mas ensinar a pensar, apresentar diferentes lados e respeitar opiniões”, escreveu uma moradora enquanto outra, apontou que há outros assuntos de maior urgência. “A Rua 33 está uma maravilha. Você vai na farmácia municipal, encontra insulina. Mas o problema é o professor” escreveu moradora, em tom irônico.

Itatiaia sedia seminário jurídico e atuarial

Itatiaia sediou, o Seminário Jurídico e Atuarial da Associação das Entidades de Previdência dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro (AEPREMERJ). Realizado em Penedo, o evento reuniu especialistas e profissionais para discutir os desafios atuais dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com tema “RPPS em Evolução: Direito, Atuarial e Governança diante dos Novos Desafios Previdenciários”.

Programação

Com o tema “RPPS em Evolução: Direito, Atuarial e Governança diante dos Novos Desafios Previdenciários”, o seminário teve como objetivo promover a atualização e o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área previdenciária, integrando conhecimentos jurídicos, atuariais e de governança. A programação começou na segunda-feira (19).

Palestras

As palestras iniciais foram ministradas por Luciana Reinaldo, representante do Ministério da Previdência Social, que abordou o tema “Avaliação Atuarial na Prática”, e por Marcos Ferreira, representante do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), que apresentou a palestra “Da Atuarial à Gestão: Conceitos Atuariais para a Tomada de Decisão nos RPPS”.

Temas discutidos

Nesta terça (20), a programação teve início com a palestra “Déficit Herdado no RPPS: Como Construir um Custeio Eficiente e Sustentável”. Na sequência, foram abordados temas como pensão por morte, união estável e dependência previdenciária, além dos impactos da Lei nº 15.326/2026 e da ADI 6309 nas aposentadorias dos regimes próprios.

Outras palestras

Na programação da tarde, foram realizadas palestras sobre contencioso previdenciário e inteligência artificial, avaliação atuarial e os desafios da Deliberação TCE-RJ nº 357/2025, além dos aspectos jurídicos da aposentadoria da pessoa com deficiência nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

Mais temas

Entre os palestrantes esteve o procurador do Município de Itatiaia, Renan Cid, que abordou o tema “Contencioso Previdenciário e Inteligência Artificial: Aspectos Processuais Relevantes”. O atuário Júlio Passos apresentou os desafios da avaliação atuarial a partir da Deliberação TCE-RJ nº 357/2025.

Intercâmbio

Já o advogado Leonardo Motta tratou dos aspectos jurídicos e da avaliação biopsicossocial na aposentadoria da pessoa com deficiência nos RPPS. O encerramento aconteceu às 17h, com sorteio de brindes. O prefeito Kaio Márcio ressaltou a importância de Itatiaia sediar o seminário e intercâmbio de conhecimentos.



Audiência pública aconteceu nesta segunda (19) na Câmara Municipal

Projeto prevê 168 vagas após proibição do IPHAN em Paraty

Proposta visa manutenção emergencial de estacionamento no Centro Histórico

Da Redação

Na busca de melhorar situação que afetou moradores, comércio e fluxo turístico em Paraty, uma audiência pública realizada nesta segunda-feira (19) apresentou a proposta técnica oficial para manutenção transitória de áreas de estacionamento do entorno do Centro Histórico. O encontro realizado pela Prefeitura de Paraty, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, tenta mitigar os impactos socioeconômicos causados pela decisão da Justiça Federal após ação movida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O projeto apresentado estruturou a criação de 168 vagas divididas em três bolsões estratégicos, que totalizaram cerca de 6.000m² de transição. São 14 vagas na Capelinha; 10 vagas no Fórum, com prioridade para serviços institucionais; e 144 vagas no Cais de Turismo, voltadas para atender logística de passeios náuticos, moradores e comércio.

O Secretário de Desenvolvimento Urbano, Lucas Pádua, ressaltou a sensibilidade da gestão com a apreensão da comunidade. “É necessário a gente tratar sobre esse assunto, a gestão entende a

urgência e emergência desse estacionamento”, disse.

A viabilidade técnica da proposta foi recebida pelo Chefe do Escritório Técnico do IPHAN, Andre Cavaco. “Não é simples, mas acho que é possível conseguir avançar com o projeto”, descreveu.

ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO

Um dos pilares do projeto é o cumprimento do Estatuto do Idoso e da Pessoa com Deficiência (PcD). As áreas foram desenhadas com rotas acessíveis, faixas de embarque seguro e cotas reservadas.

Para preservar a paisagem colonial, a sinalização é de baixo impacto visual, com demarcação mínima no piso e placas em suportes reversíveis, sem perfuração ou alteração do calçamento histórico. Ainda, na apreensão, o município levantou sobre a coerência de critérios no conjunto tombado e solicitou aos órgãos federais um tratamento isonômico na avaliação de áreas.

Com as contribuições da audiência pública, o trâmite do projeto passará por validação na Câmara Municipal de Paraty, análise patrimonial do IPHAN e, por fim, será submetido à Justiça Federal nos autos do processo (ACP nº 5001392-50.2021.4.02.5111/RJ).